

Natalini pede interrupção de obras de ciclovia por suspeita de corrupção

A falta de licitação específica para contratar obras de ciclovia, o uso pulverizado em diversas secretarias e empresas municipais de atas de registro de preço para tocar os serviços e a suspeita de superfaturamento e corrupção no programa de construção e instalação de pistas para bicicleta em São Paulo levaram o vereador Gilberto Natalini (PV-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal, a acionar a Justiça solicitando a interrupção das obras de ciclovias e ciclofaixas da Prefeitura.

Um dos casos mais graves é o da ciclovia da Avenida Faria Lima, que liga o Ceagesp, na Zona Oeste de São Paulo, ao Parque Ibirapuera, na Zona Sul, num total de 19 quilômetros. Após manifestação do Tribunal de Contas do Município, a Prefeitura interrompeu as obras do Contrato nº 8, de 2014, no valor de R\$ 15,7 milhões, em 4 quilômetros da ciclovia da Avenida Faria Lima, no trecho que vai da Avenida Professor Fonseca Rodrigues (altura do Parque Villa-Lobos) até a Avenida Pedroso de Moraes.

O TCM manifestou-se ao descobrir que a obra, de R\$ 15,7 milhões, estava sendo feita exatamente em cima de outra pista, concluída em dezembro de 2012 (administração Gilberto Kassab), que havia custado R\$ 1,5 milhão, ou seja, dez vezes menos. Após interromper as obras, a Prefeitura não implantou sinalização de trânsito e abandonou trechos que haviam sido abertos, piorando as condições da ciclovia concluída em 2012. “E o pior é que a qualidade do piso feito pela atual gestão é inferior ao realizado anteriormente, que foi em parte destruído”, afirmou Natalini.

Para justificar seu programa de ciclovias, a Prefeitura emitiu nota alegando que, dos 19 quilômetros da ciclovia da Avenida Faria Lima, apenas 2 quilômetros haviam sido executados pela administração anterior. Não é verdade: já estavam prontos os 10 quilômetros que ligam a Avenida Faria Lima (na altura da Avenida Cidade Jardim) até a Avenida Queiroz Filho (Parque Villa-Lobos).

De qualquer forma, as obras da atual administração municipal na ciclovia da Avenida Faria Lima estão previstas em R\$ 54 milhões, o que soma R\$ 2,842 milhões por quilômetro de obra. Outra ciclovia em obras, a da Avenida Paulista, na região central da cidade, com 4 quilômetros de extensão, deverá custar R\$ 12,2 milhões, o equivalente a R\$ 3,050 milhões por quilômetro. A terceira grande ciclovia planejada pela Prefeitura, a da Rua Amaral Gurgel/Avenida São João, também no Centro de São Paulo, está orçada em R\$ 7,6 milhões e terá 4,8 quilômetros de extensão – R\$ 1,583 milhão por quilômetro.

Em reportagem publicada na semana passada, a revista Veja São Paulo calculou em R\$ 650 mil o quilômetro das ciclovias/ciclofaixas da Prefeitura, contra a média mundial de R\$ 300 mil por quilômetro. Na verdade, o custo médio por quilômetro das três ciclovias programadas pela administração municipal é de R\$ 2,491 milhões, quase quatro vezes mais do que o estimado por Veja São Paulo.

A Prefeitura pretende gastar R\$ 2 milhões com ciclofaixas. O TCM aguarda informações da administração para poder calcular o custo por quilômetro, estimado em R\$ 180 mil na nota emitida pela gestão municipal. O valor é alto, pois as ciclofaixas implicam apenas pintura e instalação de tachas e tachões na via pública. O gabinete de Gilberto Natalini calculou em R\$ 2.500 o custo de tinta por quilômetro de ciclofaixa.

Ao decidir fazer as obras por ata de registro de preços e não por licitação específica, a Prefeitura incorreu em outras irregularidades. As tais atas estão pulverizadas em quatro secretarias, subprefeituras e em duas empresas municipais, dificultando a fiscalização e, principalmente, a obtenção de preços melhores pelos mesmos serviços.

As obras de ciclovia são incompatíveis com atas de registros de preço, que servem para serviços simples e não para construções complexas como pistas para bicicletas que, por isso, deveriam requerer licitações com editais, projetos básicos e executivos para a execução dos trabalhos. O Ministério Público de São Paulo já instaurou inquérito para investigar as ciclovias da Prefeitura.

A administração usa item de ata de registro de preços para a ciclovia da Avenida Paulista, por exemplo, que prevê até 30 m³ de retirada de terra com carga em caminhão, transporte e descarga de terra até o local do bota fora. O serviço tem de ser realizado em até 20 dias.

O problema é que a obra da ciclovia da Avenida Paulista tem prazo inicial de 12 meses de duração e, pior, a Prefeitura estima retirar mais de 24 mil m³ de terra com carga em caminhão, ou seja, mais de 800 vezes a mais que o limite máximo da ata de registro de preços.

Outra irregularidade, na ciclovia da Rua Amaral Gurgel/Avenida São João, é a do uso de ata de registro de preços que estabelece, por exemplo, a remoção de entulho com caçamba metálica, inclusive carga mecânica e descarga em bota fora, de até 53 m³. No contrato da Prefeitura, porém, é solicitada a remoção de 5.330 m³ de entulho, isto é, 100 vezes mais que o limite autorizado pela ata.

“Suspeitamos da falta de licitação específica, por meio de pregão presencial, o que entendemos ser o mais indicado para essas obras”, afirmou Natalini, ao acrescentar: “Queremos explicações sobre os altos custos que fazem das ciclovias e ciclofaixas de São Paulo, provavelmente, as mais caras do mundo”.